

A PALAVRA QUE SE FEZ VIOLÊNCIA NOS CORPOS NEGROS: UMA ANÁLISE DE DISCURSOS COLONIAIS DISCIPLINADORES DO CORPO

Claudete Ribeiro de Araujo¹

Resumo: Este artigo analisa as crenças advindas das relações sociais estabelecidas entre o branco e o negro no Brasil Colonial, a partir de discursos religiosos, produzidos por teólogos e moralistas da Igreja Católica, para a salvação dos negros na condição de escravos e escravas no Brasil. Para isso utilizaremos discursos de teólogos como o padre Antonio Vieira, Antonil, Benci, Azeredo e um teólogo leigo, chamado Nuno Marques Pereira. Todos viveram no Brasil escravagista, do século XVII ao século XIX e construíram com seus discursos uma legitimação da escravidão negra em torno da ideia de raças. O sistema escravocrata juntamente com o discurso religioso fragmentou as etnias que foram trazidas para o Brasil e gerou o conceito de raças. Ao definir o conceito de raças no Brasil e seus papéis sociais, definiram um modo do povo brasileiro se perceber a si mesmo e tomar consciência do outro diferente que é sempre superior ou inferior. Isso resultará em relações sociais desiguais marcadas por códigos morais que reforçaram a violência no Brasil. Os castigos corporais existiram para disciplinarização do corpo e teve uma função social. Também redundou num país de cultura autoritária e conservadora, fazendo com que até hoje a desigualdade social, os castigos físicos e a morte violenta sejam exaltados e valorizados. Discutimos aqui essas permanências e os mecanismos religiosos que fazem com que elas subsistam e resistam nos tempos atuais.

Palavra chave: Escravidão negra, Teologia, disciplinarização do corpo

INTRODUÇÃO

Cleidenilson Pereira da Silva, aos 29 anos, morreu na manhã de uma segunda-feira, dia 06 de julho de 2015. Tiraram suas roupas e nú ele foi amarrado a um poste e linchado por moradores. Foi espancado, sendo que suas mãos, pernas e tronco ficaram presos com uma corda até a chegada da polícia. A multidão usou pedras e garrafas para agredir o homem, que não resistiu à hemorragia e morreu no local. As cenas foram fotografadas, gravadas e filmadas

¹ Mestra em História social e doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás –PUC/GO

num celular e transmitido depois nas redes sociais. As fotos impressionam, porque sendo um negro amarrado num poste, lembrava o quadro de Debret sobre os castigos que os senhores brancos imputavam a seus escravos negros na época da Colônia e do Império. Cleidenilson era rapaz pobre e não tinha nenhuma passagem pela polícia, mas foi acusado de roubar um comércio. Cenas de linchamento como estas são comuns no Maranhão e no Brasil, bem como as torturas e surras nas delegacias com suspeitos ou mesmo ‘sumiço’ de adolescentes e jovens pela polícia que são encontrados mortos após alguns dias.

O Brasil é um país violento. Segundo o último mapa da violência divulgado em 2015, cerca de cinco pessoas morrem a cada hora no Brasil, por armas de fogo. Seria cerca de 21,9 óbitos para cada 100 mil habitantes, sendo que 59% dessas mortes são de jovens negros. Morrem mais 142% mais negros que brancos no país. O total de vítimas negras foi de 28.946, contra 10.632 de pessoas brancas. A predominância foi de homens (94%), sendo 95% da faixa etária entre 15 e 29 anos. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015).

A América Portuguesa foi uma Colônia violenta. Era a América dos colonizadores portugueses que a diferenciava das terras dos demais conquistadores ingleses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses. Dividida em duas zonas geográficas, uma localizada no chamado ‘Estado do Grão Pará e Maranhão’ e outra no ‘Estado de Brasil’, a conquista europeia dessas terras criou uma configuração geográfica, social e cultural que definiu mentalidade e práticas. Muitas das quais permanecem ainda hoje. Neste artigo vamos retornar à História da América Portuguesa e visitar alguns de seus moradores, perceber os discursos religiosos e as relações sociais totalmente impregnadas de violência. Uma violência considerada ‘normal’ naquele processo de conquista e mercantilização. Uma violência legitimada por códigos religiosos, morais e legais. O Brasil foi se tornando assim um país de cultura autoritária e conservadora que permanece até os dias de hoje.

1 FIDALGUIA E ESCRAVIDÃO: MODELOS DE CLASSE E RAÇA PARA O BRASIL

Muitos estudos sobre escravidão negra² têm trazido novas perspectivas para a compreensão da cultura brasileira. Uma constatação de grande relevância, realizada pela historiografia mais recente já citada, é a do medo constante que estava presente na relação do senhor com seus escravos. Medo de rebeliões, de não ser reconhecido como a figura e expoente máximo da sociedade, de não ter autoridade na sua casa, temor pela desobediência que podia vir de homens resistentes à escravidão, da perda de controle sobre seus escravos, de resistências às ordens por ele estabelecidas, de revanche ou vingança que seus escravos podiam fazer a ele e a sua família (FLORENTINO, 1997; REIS, 1996).

Diante do temor presente no senhor, a sociedade escravocrata buscou formas de criar também medo no escravo, que funcionava como compensação do vivido pelos livres e escravistas, e também como forma de controle da ordem.

Era uma sociedade conturbada, complexa e contraditória que se tornou muito violenta. Uma “sociedade extremamente hierarquizada, onde sempre haveria alguém em posição inferiorizada” (ARAÚJO, 1993, p.310). A sociedade do século XVIII trazia características da sociedade colonial brasileira construída desde as primeiras povoações no Brasil. Entendida como extensão de Portugal, a América portuguesa deveria em tudo adotar o estilo do povo português, seus costumes, o jeito de viver a vida e as perspectivas dos conquistadores

Pode-se dizer que a formação colonial no Brasil vinculou-se: economicamente, aos interesses dos mercadores de escravos, de açúcar, de ouro; politicamente, ao absolutismo reinol e ao mandonismo rural, que engendrou um estilo de convivência patriarcal e estamental entre os poderosos, escravista ou dependente entre os subalternos (BOSI, 1992, p. 25).

O discurso religioso presente nas paróquias que definiam as cidades e presentes nos escritos de moralistas e teólogos do século XVII e XVIII reforçava que essa conquista e

² GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1977; PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1981; CARDOSO, Ciro. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988. MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*; SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão*. São Paulo: Nacional, 1978; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; FLORENTINO, Manoel. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. REIS, João José. *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. SILVEIRA, Marco ANTONIO. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1997; PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XXVII: Estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. LARA, Sílvia. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

formação colonial eram determinadas por Deus. Cada um, de seu lugar social e de sua função política, deveria manter as virtudes lutando contra os inimigos da alma. As autoridades portuguesas se esforçaram para reger o espaço e afirmar laços sociais; pois havia ausência de uma política de povoamento dirigida previamente, planejada e orientada pelo Estado. Esse esforço compreendia a manifestação do poder na esfera pública, no nível das Instituições e da esfera particular, no nível das práticas cotidianas. A base para essa manutenção do poder estava na aceitação generalizada do poder real

E que direi eu dos príncipes e reis do nosso Reino de Portugal, e do seu grande zelo, e heróicas obras de virtude, que fizeram, e estão obrando; por serem cristianíssimos, fervorosos, e diligentes, aumentadores do culto Divino, defensores da Igreja de Roma, e por isso sempre favorecidos dos Sumos Pontífices com singulares graças, e indulgências; e não menos por haverem sempre estendido a Fé de Cristo, ainda pelas mais remotas partes do mundo: e com inteira observância da religião católica, sem a mínima nota, nem discrepância da fé. (PEREIRA, 1988, p.58)

O Brasil, desde os primórdios da conquista pelos portugueses, foi marcado por uma estrutura social mantida por vários grupos: senhores de engenho, comerciantes e escravos. O açúcar, o engenho e a escravidão foram definidores do tipo de sociedade que se conformou no Brasil.

Essa sociedade foi definida por alguns fatores como a mão-de-obra escrava; as diferenças jurídicas entre escravos e livres; os princípios hierárquicos baseados na escravidão e na raça-etnia; e as atitudes senhoriais dos proprietários com a resposta por parte dos socialmente inferiores.

A barbarização ecológica e populacional acompanhou as marchas colonizadoras entre nós, tanto na zona canavieira quanto no sertão bandeirante; daí as queimadas, a morte ou a pregação dos nativos. Diz Gilberto Freyre, insuspeito no caso porque apologista da colonização portuguesa no Brasil e no mundo: 'O açúcar eliminou o índio'. Hoje poderíamos dizer: o gado expulsa o posseiro; a soja, o sitiante; a cana, o morador. O projeto expansionista dos anos 70 e 80 foi e continua sendo uma reatualização em nada menos cruenta do que foram as incursões militares e econômicas dos tempos coloniais. (BOSI, 1992, p. 22)

A sociedade brasileira herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia e acrescentou diferentes classificações sociais e ocupacionais, conforme a raça-etnia, a cor, a condição socioeconômica e de gênero. "Uma sociedade de múltiplas hierarquias de honra e profundamente dualista" (SCHWARTZ, 1995, p. 209). Essa sociedade foi possível

pela visão de mundo que lhe serviu de alicerce desde sua formação, tal visão consistiu numa organização hierárquica que controlava a vida política e social, a competição e o conflito.

Estado e sociedade eram inseparáveis e o Estado representava a organização da sociedade. A nobreza dominava a sociedade e estabelecia os padrões de desempenho e comportamentos para que todos aspirassem *status*, títulos e privilégios próprios de uma aristocracia, que se definia por aquilo que a pessoa não fazia.

Procuravam rendimentos de aluguéis e cargos públicos e esforçavam-se por manter um padrão de vida aristocrático. Isso significava abrigar, a seu serviço, um grande número de agregados, parentes e criados.

Foram ideais da nobreza: a fortuna, o domínio senhorial, a autoridade sobre dependentes, a manutenção e promoção da linhagem, o dedicar-se às armas ou à política. Essas perspectivas impregnaram a sociedade que se apresentou como tipo de vida modelar, meta apreciável a ser atingida (SCHWARTZ, 1995, p.210).

A fidalguia era o *status* social mais elevado e possível de ser atingido. Havia nessa sociedade uma possibilidade de mobilidade social, apesar de toda a rigidez dos padrões hierárquicos.

O ideal de nobreza e fidalguia penetrou na sociedade brasileira e perdurou por todo o período colonial e fundamentou um conceito de organização social paternalista, desigual e hierárquico (FAORO, 1975).

Os senhores asseguravam a manutenção e a continuidade de sua linhagem e família, construía capelas e mandavam celebrar missas em memória de seus antepassados; sustentavam a “família” presente, composta dos parentes próximos, agregados, criados e escravos; planejavam o casamento de seus filhos e a transmissão da herança; possuíam uma propriedade fundiária que lhes conferia prestígio; e mostravam o modo mais seguro de sustentar sua condição de vida nobre.

Esses ideais de vida, organização da sociedade e atitudes com relação ao negro, estavam presentes na Colônia, com diferenças formais e quantitativas em relação à Europa, pois havia um número de escravos desproporcional em relação à população branca. Desenvolveu-se, assim, um modo específico de viver a discriminação e a classificação racial (FLORENTINO, 1997).

2 A ESCRAVIDÃO RACIAL COMO VONTADE DE DEUS

Ser cristão, neste contexto, era uma possibilidade de estar integrado no sistema colonial, ainda que de maneira subalterna para negros e indígenas. Os pressupostos para o reconhecimento como cristãos eram a aceitação da cultura europeia e da ortodoxia religiosa. Tal aceitação formal, e muitas vezes efetiva, possibilitava aos negros e aos indígenas tomarem lugar na hierarquia existente em novas categorias e em posições de início definidas pela origem racial. A cor conferia identidade como grupo, em meio à diversidade de origens dos não europeus, e a partir daí se desenvolveram no Brasil várias classificações mutáveis de acordo com o tempo e o lugar: mulato, mestiço, pardo e preto.

Ser negro na Colônia era trazer uma série de desvantagens, a começar pelos traços externos que denotavam inferioridade e a descendência era marcada pelo mesmo desvalor. A existência do mestiço era vista em sua ilegitimidade; eles eram aqueles que não deviam ser, e sobre eles caíam inúmeras conceituações com relação às suas inclinações morais inatas: matreiros, ambiciosos, indignos de confiança, desprezíveis.

A sociedade colonial tornou-se complexa no seu interior à medida que pardos e mestiços cresciam em número, tornavam-se pessoas livres, exerciam funções artesanais, assalariadas, de livre empreendimento ou de pequena agricultura. Essas novas categorias precisavam se ajustar à hierarquia social (FRAGOSO, 1992). Assim, quando foi focalizada a sociedade escravista brasileira, o resultado da integração da escravidão veio a partir da experiência da grande lavoura, com os princípios sociais que já existiam na Europa. Nasceu uma sociedade assentada na divisão entre escravos e livres, com o componente de raça, na medida em que a escravidão no mundo português passou a ser cada vez mais associada aos africanos e seus descendentes.

Escravidão e liberdade foram os limites entre um grupo e outro. A Igreja Católica atuou dentro desse paradigma e reforçou esses limites. Insistiu na integração dos cativos, no reconhecimento de sua humanidade, na possibilidade e necessidade de se tornarem cristãos, no acesso aos ritos e organizações religiosas. O que servia para integrar era também usado para delimitar a relação senhor e escravo.

Ser livre era um *status* acompanhado de sobrenome, de origem familiar e de honorárias. Buscar a liberdade e tornar-se um homem livre foi o esforço de muitos escravos brasileiros, porque além de um anseio humano, o tipo de liberdade almejada era uma construção específica de valor social paradigmático.

Assim, a escravidão e a raça-etnia criaram novos critérios de *status* que permearam a vida social e ideológica da colônia. As distinções raciais e a escravidão penetraram em toda a sociedade, atingindo o dia a dia do viver na América Portuguesa, afetando a todos; escravos, livres, brancos, indígenas e mestiços. Por isso, não era estranho que escravos forros, assim como pequenos agricultores pobres, possuíssem escravos. Tal fato revela o poder de difusão desse sistema de poder e dominação. Ninguém estava livre da presença da escravidão. Por outro lado, não se desconhece uma tensão entre as forças do escravismo, como um sistema social e produtivo, e as pressões exercidas contra ele por sua própria estrutura e por eventos políticos e comerciais externos.

Segundo o discurso religioso, o escravo era constituído escravo pela vontade de Deus e o senhor se tornava “fidalgo” pelo poder de Deus. Ambos eram chamados à vida eterna desde que a merecessem. A vida eterna pertencia àqueles que lutavam e venciam a grande peleja contra o mundo e o demônio. Nesse sentido, no céu não havia mais hierarquia como na terra. Negros e brancos, pobres e ricos, senhores e escravos poderiam estar lado a lado no céu. Uma vez lá, no paraíso, todos só teriam olhos para a contemplação de Deus e não para o relacional. O relacional³ que se dá aqui na terra é muito difícil de ser enfrentado. Controlar os impulsos e os desejos era lutar contra o demônio, contra a carne e contra o mundo, mas era, antes de tudo, lutar contra as emoções e indiretamente pelear no relacionamento com o outro, com a outra, com o diferente.

³ Alguns autores trabalham com a perspectiva do relacional em análise antropológica e epistemológica. Falar do relacional permite entender a produção teológica que envolve o discurso do “amor ao próximo” e ao mesmo tempo revela uma sociedade que se pensa a si mesma como relacional. Cf. DAMATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p.147; GEBARA, Ivone. *As incômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1990. p.15.

É nesse contexto de ambiguidades e contradições do sistema colonial endógena que se produziu uma teologia da escravidão⁴. Na mesma linha da salvação de todos os povos, os escravos negros também podiam obter salvação desde que suportassem, com paciência, sua condição. Baseado na teologia de Vieira, Nuno também entendia o Brasil como um purgatório (SOUZA, 1995, pp.72-85) para a população negra que estava na condição de escravidão.

A compreensão de salvação não possibilitava o reconhecimento dos valores da cultura africana. Essa cultura foi compreendida como ‘ignorância e perversão’ e como transgressão da lei de Deus. Por isso havia dois caminhos pelos quais o escravo negro podia obter salvação. O primeiro acontecia na propagação do Evangelho na própria África, em que os povos africanos passaram a ter conhecimento da salvação cristã por intermédio dos chamados ‘operários do Santo Evangelho’, que lá estiveram como missionários e pregadores. Aí se inscrevia a afirmação da legitimidade para invadir sempre novas regiões geográficas, impondo a cultura e o cristianismo europeu. O segundo caminho se dava pela possibilidade que o negro encontrava de vir para uma terra católica, ainda que fosse na condição de escravo. Isso era associado à graça de um Deus que permitia tal situação. Aos católicos portugueses e seus descendentes competia ‘sacrificar-se para ajudar os negros que vinham da África’. Deveriam ensiná-los, doutriná-los, tirá-los dos ritos idolátricos: “Permite sua divina misericórdia, que muitos destes gentios, trazidos às terras dos católicos, para os ensinarem e doutrinarem, e lhes tirem os ritos gentílicos, que lá tinham aprendido com seus pais. (PEREIRA, 1988, p.146)”

Desta forma, na visão desses teólogos, o ser escravo tratava-se de uma vontade de Deus para que aqui se salvassem, e a separação do universo familiar, cultural e geográfico, era compensada pela oportunidade de receber da Igreja cristã as instruções salvíficas.

Essa escolha era referenciada nos textos bíblicos, cuja interpretação Nuno e outros teólogos articulavam versatilmente com explicações diretas. Textos antigos era antecipação do que estava acontecendo com os negros do Brasil: “Virá tempo em que os etíopes (que sois

⁴ Entendemos por teologia da escravidão a busca de um quadro doutrinal que justificou e legitimou o sistema de escravidão. Cf. BEOZZO, José Oscar. *Evangelho e escravidão na teologia latino-americana*. In: RICHARD, Pablo. *Raízes da teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1983.p.93.

vós), deixada a gentilidade e idolatria, se hão de ajoelhar diante do verdadeiro Deus [...] e farão oração levantando as mãos ao mesmo Deus (PEREIRA, 1988, p. 149)”

O movimento de saída da África no comércio de escravos era comparado com os relatos de Abraão, que também passara pelas vicissitudes da dura peregrinação para uma terra diferente, e de Isaac na resignação do sacrifício. A aceitação do sofrimento, por parte dos negros, na referência ao sofrimento de Jesus, encerrava uma possibilidade de salvação. Os negros deviam sofrer com paciência e trabalhar, compreendendo suas penas ligadas à cruz de Cristo:

Porque posto que todos querem ser glorificados com Cristo para gozarem de sua glória, hão de padecer, e procurar ter parte na sua cruz: pois é consequência infalível, que quem não padecer por Cristo não terá o prêmio da glória que nos prometeu (PEREIRA, 1988, p.173).

A mesma teologia foi compartilhada pelo padre Antônio Vieira, que apontava o sofrimento do escravo no engenho num paralelismo com o sofrimento de Cristo na Cruz:

Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e paixão de Cristo, que o vosso em um destes engenhos (...) Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: Imitatoribus Christi crucifixi, porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em sua paixão(...) A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido e vós despídos; Cristo sem comer e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. (VIEIRA, 1959, pp.305-306).

A Igreja, com sua “divina autoridade”, já reconhecera como legítima toda esta interpretação bíblica e a prática de submissão daí decorrente, desde a Bula de Pio II, datada de 5 de outubro de 1462, que permitiu a escravidão com intuito de fazer dos ‘gentios’ cristãos. A omissão desses teólogos, que não refletem e nem citam a Bula de Paulo III, de 1537, que proibia a escravidão de todos os nativos, mesmo os que não se confessassem cristãos, é reveladora das suas opções teológicas: a escravidão é vontade de Deus.

3 OS CASTIGOS CORPORAIS E A DISCIPLINA DO CORPO NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL

Todas as orientações morais, conselhos a senhores e a escravos, tinha uma perspectiva acentuadamente soteriológico-escatológica. Houve uma constante insistência para que os senhores não ‘descuidassem de encaminhar os escravos na fé, nas práticas religiosas cristãs e na submissão’. Os senhores ‘para não se tornarem pecadores’ deviam ver na liberdade de consciência de seus escravos e na liberdade de ir e vir, uma ameaça à religião cristã, um caminho de perdição espiritual dos escravos. Sua tarefa era manter e cuidar dos negros, levando-os à Igreja e proibindo-lhes a desobediência e os ritos idolátricos⁵.

A preocupação de todos eles com descanso, ocupação do tempo livre, alimentos, remédios, prêmios, faz parte de toda uma organização da vida capaz de manter a submissão e garantir a aceitação da doutrina cristã. Assim, para ser um bom senhor de escravos era necessário: “tapar-lhes a boca com o sustento, cobri-los do frio, para terem vontade de trabalhar e dar-lhes boa doutrina para se salvarem (PEREIRA, 1988, p.182)”.

No contexto de plena escravidão, lançou-se aos escravos a esperança para a outra vida. Embora se tratasse de uma salvação extensiva, que partia do mundo dos brancos, o anúncio era de consolo e de imitação de santos negros como Benedito e Antonio de Calatagirona. Quando o escravo se resignava com sua situação, garantia-se a ordem na família e nos comportamentos morais.

Controlando os desejos do escravo de liberdade, garantia-se o sistema de colonização e, ao mesmo tempo, a salvação de sua alma. Contudo, o problema não residia na salvação das almas, e sim na libertação dos corpos. (Beozzo, 1983,p. 120)

No Compêndio do Peregrino da América, encontra-se uma narração exaltando um homem chamado Manoel como exemplo de um negro, casado, cativo, morando na fazenda de seu senhor, que cantava o terço todos os dias com mulher e filhos, que fazia exortação para a submissão para honrar a Deus e evitar o inferno. Este negro, Manoel, capacitava seus irmãos negros e ajudava a evitar seus desvios - roubo ou fuga - de tal modo que ficou bem visto por todos os brancos (PEREIRA, 1988, p.174).

⁵ Essa preocupação e exortação estão presentes em várias obras do período colonial. Foi tema específico dos sermões XIV, XVI, XX e XVII do Rosário, pregado à irmandade dos pretos por VIEIRA, Antonio. Sermões. Porto: Lello, 1959; Também está presente nas obras de ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. São Paulo: EDUSP, 2007; BENCI, Jorge. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977; ROCHA, Manoel Ribeiro. Etfópe resgatado empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cehila, 1992.

Esse era o ‘negro de alma branca’ que se desejava na América portuguesa, Para isso era preciso a ‘domesticação do corpo’ para que se chegasse a ‘libertação da alma’.

A América Portuguesa optou pela disciplinarização do corpo através dos castigos corporais. O escravo no Brasil era açoitado com chicotes de couro, colocado no tronco e deixado lá segundo a vontade de seu senhor, era supliciado com vários instrumentos de torturas como o cepo, os anjinhos, máscaras de flande ou mesmo objetos de ferro. Essas formas de punição e essa linguagem violenta eram tidas como pedagógica, uma vez que Portugal necessitava de controles sobre os escravos, mulatos e mestiços que eram a maioria populacional. Por baixo do discurso teológico estavam os interesses da manutenção do sistema colonial, afinal não se entendia essa colônia sem os negros, que segundo Antonil era as mãos e os pés do senhor de engenho

Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo como se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço. Por isso, é necessário comprar cada ano algumas peças e reparti-las pelos partidos, roças, serrarias e barcas. E porque comumente são de nações diversas, e uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes, se há de fazer a repartição com reparo e escolha, e não à cegas.(1982, p.89)

Antonil reconhece que a América Portuguesa era um empreendimento totalmente dependente do trabalho dos escravos negros. Sem eles o sistema colonial faliria. Como estratégia para controla-los propõe a separação dos membros da famílias e amigos, isto é, havia a necessidade de separação étnica para conseguir a escravidão. Prevalece a raça, mas não as etnias. Dissolver a comunidade étnica num ambiente totalmente estranho e novo para essas pessoas fariam com que eles ficassem vulneráveis ao processo de sobrevivência possível na América. O mesmo foi feito na América do Norte. Daí a dificuldade que temos hoje de identificar uma única cultura ou um único estilo de vida negro (Semprini, 1999, p.57.)

Mas não bastava apenas a fragmentação étnica, era preciso outras formas de controle que passavam pelos castigos. Alimentos e roupas fariam que o negro escravo pudesse existir, mas era preciso também castigá-los para que pudessem se acostumar ao trabalho. O “Pau” vinha em primeiro lugar porque era uma prática necessária e comum no tratamento dos escravos.

No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três P.P.P., a saber, Pau, Pão e Pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo dado por qualquer causa pouco provada ou levantada, e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos. (ANTONIL, 1982,p.89)

O bispo Azeredo Coutinho em sua crítica da modernidade advinda pelas ideias do iluminismo e do humanismo, defendeu a justiça no comércio de escravos na América Portuguesa. Para ele as ideias preconizadas de liberdade pelos iluministas não se ajustavam ao desenvolvimento de uma boa sociedade, afinal a escravidão não é má em si mesma, antes permite a saída dos povos primitivos de sua ignorância e defende:

o bom tratamento dos escravos, sem que de alguma sorte se-destroem ou se-affrouxem totalmente as rédeas da obediência e da subordinação absolutamente necessárias, não só para a harmonia entre o senhor, e o escravo; mas também para o socego, e segurança para o estado” (COUTINHO, 1808, p.107)

Coutinho concorda com outros escritores que é preciso dar o sustento, o vestuário e o sono necessários para sobreviverem aliados a uma instrução dos cativos na doutrina cristã e um castigo que não excedesse os limites da justiça. Era uma educação para o trabalho moldada na obediência ao senhor.

Mas que obrigações pode dever o senhor ao servo? O mesmo Espírito Santo no-las dirá; o qual distinguindo no Eclesiásticos o trato que se há de dar ao jumento e ao servo, diz que ao jumento se lhe deve dar o comer, a vara, e a carga; e que ao servo se lhe deve dar o pão, o ensino e o trabalho: panis, et disciplina, et opus servo. Deve-se o pão ao servo, para que não desfaleça; o ensino, para que não erre, disciplina, e o trabalho, para que se não faça insolente (BENCI, 1977,p.49)

O castigo aparece como um mecanismo capaz de manter a obediência do escravo. O castigo físico provoca a dor que paralisa o corpo e fica na memória (FOUCAULT, 2009). Obediência é o objetivo de todos os discursos teológicos na Colônia. O escravo tinha que obedecer ao seu senhor; a mulher tinha que obedecer ao seu marido; os filhos tinham que obedecer aos seus pais; os fiéis tinham que obedecer ao padre; o padre tinha que obedecer às autoridades eclesiais e governamentais; os súditos tinham que obedecer ao rei e o rei tinha que obedecer a Deus. Assim, castigo e obediência eram legitimados pelo discurso religioso porque

isso era o empreendimento e a existência da América Portuguesa. A punição não era só uma sanção derivada da repressão, mas tinha uma função social

As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme.(FOUCAULT, 2003, p. 232).

Essas relações de poder construídas no Brasil ao longo de sua história trouxe a docilidade do corpo do negro. Podemos ver isso numa representação religiosa na religião umbandista onde se encontra a figura do ‘preto velho’. Os pretos velhos são entidades masculinas ou femininas que se incorporam nos médiuns da umbanda e vem para curar ou dar conselhos aos presentes ou consulentes que vão a esses terreiros. Conhecedores das velhas magias africanas, descem do mundo espiritual para a terra nos centros ou tendas para desfazer trabalhos tidos como negativos ou para ‘limpar’ as pessoas possuidoras de ‘energias ou carmas negativos’ como invejas, doenças físicas, perturbações mentais, fracasso nos relacionamentos pessoais, etc... Os pretos velhos quando incorporam aparecem de maneira mais leve no corpo do médium e são espíritos de pessoas idosas, que nasceram no continente africano, vieram como escravos para o Brasil e dizem ter vivido suas vidas no tempo da escravidão. O médium incorporado fica com o corpo sempre encurvado, fala com dificuldade e muitas vezes enrolado; tem o peso da idade e da escravidão, fala baixo, alguns fumam cachimbos ou cigarro de palhas e bebem café, chá ou pinga com mel. Usam bengalas ou cajados. As mulheres colocam lenços na cabeça e usam mantas enquanto os homens geralmente usam um chapéu ou gorros. Em alguns centros são aqueles que acolhem e batizam as crianças. Em outros fazem os casamentos. São tidos como espíritos humildes, bondosos, compreensíveis da dor e dos problemas humanos, uma vez que passaram pelas vicissitudes da escravidão e aprenderam a perdoar, a ter humildade, a ser resignar e a sobreviver naquelas condições.

O sujeito negro na América Portuguesa tinha que ter um corpo dócil. Os castigos corporais e a obediência fez com que o corpo se tornasse dócil, fácil de manipular e controlado.

Correção, emenda, disciplina ou simplesmente castigo: este, o instrumento de controle senhorial para submissão de seus escravos. Sustentá-los para que não pusessem e castigá-los para que produzissem. Não se tratava, porém, de qualquer castigo: em todos os autores citados há longas recomendações sobre as características, modo e métodos que transformavam o ato de castigar em verdadeiro exercício do poder senhorial, instrumento de dominação (LARA, 1988, p.49)

Junto com as prédicas propagadas nos sermões e textos escritos na história do Brasil, se construiu práticas de obediência, de submissão, de desigualdade e a religião oficial na época validou esses atos na vontade e obediência a Deus. A violência propagada correspondeu a um Deus violento, soberano, poderoso, senhor das desigualdades sociais na terra para construir igualdades sociais no céu. Construiu-se, ao longo da história, uma religiosidade de humilhação confundida muitas vezes como humildade e que permanece até hoje atrelada à obediência das autoridades permitindo um autoritarismo que vislumbramos nas instituições sociais do país como a política, a economia, a educação e as igrejas.

4 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao manter o sistema colonial, os discursos religiosos se apropriaram de interpretações racionais que patrocinaram a violência no Brasil (Bastos; Cabral; Rezende, 2010, p.35) e deixaram profundas crenças ainda hoje difíceis de serem transformadas. Ao mesmo tempo, criaram discursos racistas e de desigualdade social que fincou mentalidades ainda hoje vigentes e que reforçam um racismo universalista de tipo espiritualista (D'Adesky, 2001, p.27). Os escravos negros sendo tratados assim pelos cristãos estavam reivindicados para uma salvação que foi oferecida aos brancos e agora se oferece aos negros. Eram assimilados na medida em que se tornavam bons escravos como bem percebeu Nuno Marques Pereira em sua peregrinação pelo Brasil.

Essa realidade construiu no Brasil as diferenças de raças cunhadas nas percepções de diferenças de classe sociais. Houve muitas resistências ao sistema colonizador, e se tem conhecimentos através de documentos históricos que contam as diversas estratégias que os escravos e forros foram criando em seus contextos, que pudessem integrá-los na sociedade estamental fora dos limites a eles estabelecidos. No nível de organização étnica ou de raça vamos encontrar os quilombos e as irmandades de homens de cor, o que demonstra que os escravos souberam ouvir os discursos de salvação, se apropriaram deles e o utilizaram no

nível religioso a seu favor, apesar de toda fragmentação étnica promovida pelo próprio sistema, souberam usar de solidariedade para vencer a violência.

A modernidade chegou exaltando a racionalidade e com ela se perpetuou uma violência contra o outro que é sempre diferente e essa diferença era percebida como desigualdade lícita e necessária. Essa violência física era também psicológica e ideológica e foi fazendo com que ao longo dos séculos ela se naturalizasse e os discursos teológicos, somado às práticas religiosas, contribuíram para essa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.
- BASTOS, Aguinaldo; CABRAL, Alexandre Marques; REZENDE, Jonas. *Ontologia da violência: o enigma da crueldade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (livro brasileiro de 1700). São Paulo: Grijalbo, 1977.
- BEOZZO, José Oscar. *Evangelho e escravidão na teologia latino-americana*. In: RICHARD, Pablo. *Raízes da teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Analyse sobre a justiça do commercio do resgate dos escravos da costa da Africa*. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1808.
- D`ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DAMATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DIAS, Maria Odila leite da Silva. *O fardo do homem branco*. São Paulo: Nacional, 1974.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1975.
- FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GEBARA, Ivone. *As incômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1990. .
- MARINATTO, Luã. Homem morto após linchamento no Maranhão não tinha passagens pela polícia. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/homem-morto-apos-linchamento-no-maranhao-nao-tinha-passagens-pela-policia-16721967.html#ixzz4ClzwoKX9><http://www.extra.globo.com/casos-de-policia/homem-morto-apos-linchamento-no-maranhao-nao-tinha-passagens-pela-policia-16721967.html#ixzz4CFE1kyuv>, Acesso em 15 de junho de 2016.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-180*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*. Rio de Janeiro: A.B.L., 1988.
- REIS, João José. *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ROCHA, Manoel Ribeiro da. *O Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado: discurso sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758*. Petrópolis: Vozes/CEHILA, 1992.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Porto: Lello & Irmão, 1959.
- VVAA. Atlas da violência 2015. Brasília: IPEA, 2015.